

Dossiê

PSICOLOGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS:
insurgências em defesa da vida na TerraPRÁXIS SOCIOAMBIENTAL: POR UMA PSICOLOGIA
POLÍTICA DA CRISE CLIMÁTICA DESDE A
AMAZÔNIA OCIDENTAL BRASILEIRA*PRAXIS SOCIOAMBIENTAL: HACIA UNA PSICOLOGÍA
POLÍTICA DE LA CRISIS CLIMÁTICA DESDE LA
AMAZONÍA OCCIDENTAL BRASILEÑA**SOCIO-ENVIRONMENTAL PRAXIS: TOWARDS A
POLITICAL PSYCHOLOGY OF THE CLIMATE CRISIS
FROM THE BRAZILIAN WESTERN AMAZON*

Leandro Amorim Rosa

Universidade Federal do Acre, Rio Branco/AC, Brasil

Resumo: A crise climática se coloca como um dos principais desafios da humanidade no século XXI. As possibilidades de lidar com tal crise requerem mudanças estruturais na forma de organização socioeconômica mundial. O artigo objetiva propor uma categoria de análise que contribua para a elaboração de uma psicologia política da crise climática de tradição marxista e inspirada nas lutas de povos da floresta amazônica. O *corpus* empírico foi composto por 27 entrevistas, observações participantes e pesquisa documental abordando organizações com pautas socioambientais da região do Vale do Rio Acre. A partir da análise do *corpus* e de estudos bibliográficos, propõe-se a categoria práxis socioambiental. Evidencia-se a multiplicidade de atores/atrizes e repertórios envolvidos na luta socioambiental. O estudo busca contribuir para a articulação de tal diversidade em prol do fortalecimento de ações que visem a promoção do Bem-Viver e a proteção da habitabilidade do planeta.

Palavras-chave: psicologia; crise climática; marxismo; Amazônia; socioambientalismo.

Resumen: La crisis climática se plantea como uno de los mayores desafíos de la humanidad en el siglo XXI. Las posibilidades de afrontar esta crisis requieren cambios estructurales en la organización socioeconómica global. Este artículo busca proponer una categoría de análisis que contribuya al desarrollo de una psicología política de la crisis climática, arraigada en la tradición marxista e inspirada en las luchas de los pueblos de la selva amazónica. El *corpus* empírico consistió en 27 entrevistas, observaciones participantes y investigación documental sobre organizaciones con agendas socioambientales en la región del Valle del Río Acre. A partir del análisis de *corpus* y estudios bibliográficos, se propone la categoría de praxis socioambiental. Se destaca la multiplicidad de actores y repertorios involucrados en la lucha socioambiental. El estudio busca contribuir a la articulación de esta diversidad para fortalecer las acciones destinadas a promover el *buen vivir* y proteger la habitabilidad del planeta.

Palabras clave: psicología; crisis climática; marxismo; Amazonia; socioambientalismo.

Abstract: The climate crisis stands as one of humanity's greatest challenges in the 21st century. The possibilities for dealing with such a crisis require structural changes in the global socioeconomic organization. This article aims to propose a category of analysis that contributes to the development of a political psychology of the climate crisis, rooted in Marxist tradition and inspired by the struggles of the peoples of the Amazon rainforest. The empirical *corpus* consisted of 27 interviews, participant observations, and documentary research addressing organizations with socio-environmental agendas in the Acre River Valley region. Based on *corpus* analysis and bibliographical studies, the category of socio-environmental praxis is proposed. The multiplicity of actors and repertoires involved in the socio-environmental struggle is highlighted. The study seeks to contribute to the articulation of this diversity in favor of strengthening actions aimed at promoting *Buen Vivir* and protecting the planet's habitability.

Keywords: psychology; climate crisis; Marxism; Amazon; socio-environmentalism.



1. Introdução

A crise climática se coloca como um dos principais desafios da humanidade no século XXI. Evidências diversas destacam a relação entre tal crise e a maior floresta tropical do mundo, a floresta amazônica. A degradação do bioma amazônico, bem como sua preservação, são fatores determinantes para o futuro do clima e da vida no planeta Terra (Masson-Delmotte et al., 2021).

Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido como Chico Mendes, patrono do meio ambiente do Brasil, é reconhecido mundialmente como um dos principais defensores da Amazônia. Chico Mendes viveu no estado do Acre, liderou o sindicato dos(as) trabalhadores(as) rurais de seu município, idealizou ações de educação para moradores da floresta, organizou um movimento nacional de extrativistas¹ e articulou o que ficou conhecido como Aliança dos Povos da Floresta. Por seus ideais, mas principalmente por suas ações, Chico Mendes foi assassinado em 1988.

Ao se falar sobre a proteção da floresta amazônica, o legado de Chico Mendes e seus(as) companheiros(as) torna-se incontornável. A partir da década de 70 do século XX, trabalhadores(as) rurais do Acre passam a se organizar em sindicato para proteger suas terras e modos de vida da ameaça de expropriação perpetrada por fazendeiros, principalmente, do sudeste do país. Tais fazendeiros vêm para o Acre incentivados pela política de ocupação de terras amazônicas defendida pelo então governo civil-militar. A luta dos(as) trabalhadores(as) desenvolve um repertório próprio de ação conhecido como “Empate”², e é responsável pela criação de uma política pública mundialmente inovadora no que diz respeito à articulação entre conservação e produção em territórios protegidos: as Reservas Extrativistas (RESEX) (Allegretti, 2008).

A luta dos(as) seringueiros(as) e outros(as) extrativistas, a qual se juntaria também vários povos indígenas, se diferencia do ambientalismo hegemônico surgido nos estados mais ao sul do Brasil (Alonso et al., 2007). Diferente de concepções predominantemente preservacionistas, os “Empates” em defesa da floresta amazônica foram ações sindicais, cuja prioridade era proteger os territórios, nos quais as famílias viviam e trabalhavam. Com o tempo, e dada a conjuntura favorável, o caráter ambientalista da luta dos(as) extrativistas se evidencia e se agrega explicitamente à disputa pelos territórios, fazendo emergir, assim, um socioambientalismo amazônico brasileiro (Santilli, 2005).

A perspectiva em psicologia socioambiental abordada neste artigo não se trata da junção entre dois campos acadêmicos: psicologia social e psicologia ambiental (Tassara et al., 2013). A psicologia socioambiental aqui referenciada diz respeito a uma psicologia inspirada na luta dos(as) extrativistas amazônidas brasileiros(as), bem como de diversos povos indígenas. Uma luta que desde sua origem esteve intimamente vinculada não apenas à defesa de recursos ou ambientes ditos naturais, mas à defesa de formas de vida e produção pautadas na convivência sustentável entre humanos(as) e floresta.

2. Contextualização teórica

2.1 Capitaloceno

Ainda que o candidato a nova era geológica “Antropoceno” tenha sido reprovado em votação entre especialistas da área (Zong, 2024), a proposta de uma era marcada pelas ações

humanas sobre o planeta evidencia a incontestável influência antrópica sobre o meio ambiente. Segundo defensores do Antropoceno, a humanidade teria marcado tão profundamente a atmosfera, hidrosfera e litosfera terrestres, e consequentemente o clima e a vida do planeta, que seria justificável não estarmos mais no Holoceno. Há divergências sobre quando seria o início do Antropoceno, no entanto, grande parte dos entendimentos tomam a Revolução Industrial como um importante marco (Moore, 2016).

Entretanto, um corpo de acadêmicos e ativistas argumenta que não seria adequado entender que a “humanidade” de forma genérica seria a responsável pelas mudanças do Antropoceno – entre elas a crise climática –, mas sim uma forma de organização social específica, o capitalismo. As ações antrópicas que embasam o argumento do Antropoceno não são algo como resultado da “natureza humana”, mas, predominantemente, fruto de um processo histórico que constituiu uma ecologia-mundo capitalista extremamente destrutiva para a vida no planeta. Assim, mais adequado do que Antropoceno, entende-se que seria nomeá-lo de Capitaloceno (Moore, 2016).

Luiz Marques (2023) argumenta que estaríamos em um “decênio decisivo” para o planeta. Segundo Marques, são necessárias mudanças urgentes em nossa forma de organização social, pois

... o capitalismo globalizado ... é incompatível: (i) com a estabilidade do sistema climático; (ii) com a salvaguarda da biodiversidade; (iii) com um sistema produtivo e alimentar de baixo impacto ambiental; (iv) com a saúde física e mental dos organismos; (v) com a imprescindível minimização da geração de resíduos; (iv) com a diminuição da desigualdade; e (vii) com uma governança política global, pacífica e democrática (Marques, 2023, p. 57).

2.2 Psicologia política da crise climática

Nos últimos anos, tem se fortalecido na América Latina uma psicologia socioambiental pautada em uma profunda crítica social. Tal enfoque defende a necessidade de entender as crises ambientais e climática como resultado de relações humanas circunscritas por uma forma de organização socioeconômica, cuja condição de existência passa pela exploração de seres humanos e não humanos (Conselho Federal de Psicologia, 2022).

Ao se entender que a causa prioritária da crise climática é o sociometabolismo capitalista, torna-se incontornável assumir tal problemática a partir de uma perspectiva política. As ações individuais certamente desempenham um papel relevante diante da crise. Nesse sentido, podemos citar concepções que abordam o comportamento pró-ambiental de maneira multidimensional e para além de ações pautadas no consumo (Larson et al., 2015). Bem como, trabalhos sobre a crise climática a partir da perspectiva da psicologia (Corral-Verdugo, 2021) e, mais especificamente, da psicologia política (Geiger et al., 2022). Esses referenciais apresentam contribuições para discussões e intervenções no que refere à adaptação e mitigação diante das mudanças climáticas. No entanto, a metodologia individualista – em grande parte calcada no neopositivismo – que embasa tais propostas dificilmente é capaz de oferecer o horizonte de transformação social e coletiva necessário diante do atual cenário.

O legado e ensinamentos de povos da floresta brasileiros revelam um socioambientalismo não acadêmico, mas forjado a partir das lutas dessas pessoas. Luta essa que foi profundamente influenciada pela tradição marxista e pela busca da superação do capitalismo. Chico Mendes

foi alfabetizado e politicamente orientado por um refugiado comunista chamado Euclides Fernandes Távora. Tal influência o acompanhou e constituiu suas reflexões e ações (Klein, 2011).

Dado o entendimento que a crise climática só poderá ser adequadamente combatida com mudanças socioeconômicas sistêmicas e sob a inspiração das lutas lideradas pelos(as) seringueiros(as) amazônidas, propõe-se uma psicologia política da crise climática orientada pela tradição marxista. Segundo Kohei Saito (2024), a partir de estudos sobre os últimos textos de Marx, é possível evidenciar uma superação das concepções eurocêntricas e produtivistas presentes em obras marxianas anteriores. O marxista japonês defende que, após se dedicar a pesquisas sobre ecologia e sociedades não ocidentais e pré-capitalistas, Marx teria se posicionado contrário a uma visão histórica linear e progressiva, além de assumir uma perspectiva ambientalmente sustentável (Saito, 2024).

Tendo como referencial fundamental a psicologia histórico-cultural fundada por Lev Vigotski (2004), este texto propõe uma unidade de análise para a psicologia política da crise climática. Psicologia essa que, baseada no materialismo histórico e dialético, visa não apenas analisar e entender a realidade, mas contribuir com mudanças sistêmicas em direção a formas de vida menos predatórias e inspiradas no Bem Viver latino-americano (Ramírez, 2010). Para isso, teremos a categoria práxis como foco de nossa abordagem.

Segundo Karel Kosik (1976), a práxis é uma categoria vinculada a produção histórica ativa da humanidade, ou seja, a partir de sua perspectiva, é possível destituir várias formas de mistificação sobre supostos agentes da história – providência, astúcia da razão, designo natural, mercado, entre outros. Ao assumir a práxis como categoria fundante diante das mudanças climáticas, adota-se uma postura não fatalista, ou seja, entende-se que a crise é uma construção histórica e, assim sendo, a partir de ações concretas, pode ser combatida. No entanto, tais ações não são meros comportamentos individuais que somados produzem efeitos históricos e sociais. Faz-se necessário entender as particularidades da dialética entre subjetividade e sociedade e como seus efeitos – intencionais ou não – estão ligados ao destino do planeta. Dada a urgência das atuais questões socioambientais, é fundamental que possamos ter nitidez sobre seus determinantes e contradições e, assim, poder melhor orientar nossos esforços. Inspirados em Vigotski (2004), defendemos que psicologias individualistas não serão capazes de oferecer tal nitidez, pois, ainda que possam dar respostas precisas sobre seus temas, elas não são capazes de formular as perguntas adequadas e necessárias para momento em que vivemos.

Segundo Adolfo Sánchez Vázquez (2007), a práxis é uma atividade objetiva que altera um objeto que existe independentemente da consciência dos sujeitos da ação, podendo tais sujeitos serem individuais ou coletivos. Uma especificidade da práxis é seu caráter intencional, a ação é orientada por um projeto ideal, o qual pode ser mais ou menos próximo ao resultado concreto alcançado; “... ou seja, a determinação não vem do passado, mas sim do futuro”. (Sánchez Vázquez, 2007, p. 220). Há várias formas de práxis, por exemplo, práxis produtiva, práxis artística, práxis experimental e práxis política. Todas essas diferentes formas seriam expressões de unidade entre teoria e prática, atividades simultaneamente subjetivas e objetivas, circunscritas social e historicamente.

Bruno Latour e Nikolaj Schultz (2023) escrevem sobre as condições e possibilidades de emersão de uma “classe ecológica”. Segundo os autores, tal classe seria herdeira de características da tradição marxista, entre elas o materialismo e a resistência à economização da vida. No entanto, haveria distinções, pois “ser materialista, hoje, é levar em conta, além da reprodução das condições materiais favoráveis aos seres humanos, as condições de habitabilidade do planeta Terra” (Latour & Schultz, 2023, p. 26).

3. Percurso metodológico

Este artigo é produto de uma pesquisa que teve como objetivo geral elaborar um mapeamento psicossocial de organizações socioambientais que atuam na mesorregião do Vale do Rio Acre. Os procedimentos adotados foram inspirados pelas indicações da psicologia histórico-cultural (Vigotski, 2004) e os instrumentos utilizados na produção do *corpus* empírico foram entrevistas semiestruturadas, levantamento documental e observações participantes. O contato com os(as) entrevistados(as) se deu, prioritariamente, por meio de participação em eventos da área e pela indicação dos(as) próprios(as) participantes da pesquisa, aproximando-se, nesse aspecto, de uma amostra em bola de neve (Vinuto, 2014).

Foram entrevistados(as) vinte sete (27) membros de diferentes organizações socioambientais. O conteúdo das entrevistas abordava elementos vinculados a organização a qual a pessoa fazia parte, bem como aspectos relacionados à saúde mental, aprendizados, motivações e participação política do(a) participante. As entrevistas aconteceram de forma presencial e online, conforme a preferência do(a) entrevistado(a). Após a realização das entrevistas, elas foram transcritas integralmente e analisadas junto à bibliografia selecionada.

O *corpus* empírico também foi constituído por observações participantes em ações promovidas pelas organizações abordadas. O conteúdo das observações participantes foi transcrito em cadernos de campo específicos. Por fim, foram também pesquisados documentos e materiais produzidos pelas organizações, os quais ofereceram subsídios e complementos para a análise das entrevistas e observações.

A análise do *corpus* realizada para a produção do presente artigo foi orientada pela análise de conteúdo de Laurence Bardin (2011). O projeto de pesquisa, do qual provém o artigo, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Acre (CEP/UFAC Parecer nº 5.044.538) e os(as) entrevistados(as) serão identificados por meio da inicial de seus nomes.

4. Resultados e discussões

A região do Vale do Rio Acre se encontra na Amazônia Ocidental Brasileira e é uma mesorregião do estado do Acre. O Acre é um dos territórios brasileiros com maior conservação florestal. No entanto, durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro, sofreu grande processo de degradação ambiental com atividades ilegais de desflorestamento e uso da terra (Rodrigues, 2022). Além dos desafios ambientais, o estado possui significativos desafios socioeconômicos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, cerca de 53% de seus habitantes (439.783 pessoas) viviam na pobreza (G1, 2023). Historicamente, o estado se destaca por mobilizações em defesa da floresta e dos povos que ali habitam (Allegrett, 2008).

A região pesquisada possui uma variedade de organizações com pautas socioambientais. Tais organizações possuem diferentes naturezas jurídicas e formas de atuação diversas. Dentre os coletivos entrevistados listam-se: 7 entidades de classe; 2 grupos pastorais; 7 organizações não governamentais socioambientais; 5 entidades indígenas; e 3 coletivos artísticos e culturais. Mesmo dentre os tipos listados, cada organização possui especificidades de repertórios, formas de gestão, objetivos e orientações ideológicas.

A partir da busca por uma categoria teórica que pudesse abranger criticamente tal diversidade, propõe-se a categoria práxis socioambiental. A práxis será entendida como socioambiental quando se tratar de uma atividade objetiva, orientada subjetivamente, que atua sobre objeto concreto, realizada por indivíduos ou coletivos, tendo como resultado da ação – intencional ou não – a promoção do Bem-Viver e proteção da habitabilidade do planeta.

Dada a unidade entre teoria e prática presente na práxis, as atividades apenas poderão ser entendidas como socioambientais a partir de conhecimentos – sejam acadêmicos e/ou tradicionais – que evidenciem seus desdobramentos e efeitos. Ainda que os indivíduos ou grupos que realizam a práxis possam não ter intencionalidades diretamente socioambientais, é fundamental para sua definição enquanto tal que o conhecimento coletivamente partilhado evidencie essa consequência. Assim, para que possamos saber se estamos favorecendo práxis socioambientais é indispensável que tenhamos nitidez sobre os determinantes e contradições que compõem as crises na quais estamos imersos. Tal nitidez é construída também por meio de práticas que se pretendem socioambientais, ou seja, dá-se um processo de constante aperfeiçoamento entre teoria e prática socioambiental, o qual faz com que, em uma perspectiva coletiva, a práxis socioambiental seja necessariamente reflexiva.

A seguir serão abordadas diferentes formas de práxis socioambiental que emergiram do *corpus* empírico.

4.1 Práxis produtiva socioambiental

Segundo Sánchez Vázquez (2007), a práxis produtiva é considerada a forma fundamental de práxis, pois é, por meio dela, que o(a) humano(a) estabelece – através de seu trabalho – uma relação material e transformadora com a natureza. Trabalho esse que é sempre circunscrito por contextos sócio-históricos e constituído por condições subjetivas – a atividade do trabalhador –, bem como por condições objetivas – as condições materiais do trabalho.

No que diz respeito às práxis produtiva, destacam-se, entre as entrevistas, as falas de representantes de órgãos de classe. As origens e pautas dos sindicatos rurais se apresentam como prioritariamente vinculadas a questões produtivas. A luta socioambiental nasce no Acre por meio desses sindicatos – formados principalmente por seringueiros(as) –, os(as) quais se organizam a partir de necessidades muito concretas: luta pelo território onde se trabalha e se vive. Tais necessidades estavam radicalmente implicadas com a defesa da floresta.

As entrevistas de membros de associações de moradores e produtores da RESEX Chico Mendes apresentam o vínculo entre trabalho, produção e preservação da floresta.

Porque elas [as pessoas da associação] vão ver, assim que de fato a natureza, a floresta, ela traz mais benfeitorias pra gente se manter ela em pé, tipo os nossos produtos, essas coisas. Eu acho que eles vão ter mais conhecimento e ver que desmatar não é a melhor opção. Fazer outros tipos de coisas que possam afetar a natureza não é a melhor opção tanto pra ele quanto para o futuro do filho dele. (P.)

No trecho supra, uma liderança fala sobre os benefícios econômicos de se manter a floresta em pé. São abordados os ganhos provenientes do pagamento por serviços ambientais (PSA), os quais “favorecem a manutenção, a recuperação ou a melhoria dos serviços ecossistêmicos” (Lei nº 14.119, 2021, p. 2).

Uma militante camponesa fala sobre o significado e a motivação em participar de seu movimento:

Eu acho que é a grandeza da nossa luta e do que nós defendemos, sobre a alimentação saudável, a soberania alimentar, a segurança alimentar É bom saber que eu produzo o que eu coloco na mesa das pessoas que tem uma responsabilidade de quem chegar na minha banca, comprar os meus produtos, saber que está comprando vida, né? Tá comprando um alimento saudável. (V.).

A entrevistada V. destaca o quão significativo é para ela saber que seu trabalho proporciona alimentação saudável para as pessoas. Estes trabalhadores(as) rurais e extrativistas defendem a importância de produzir de forma sustentável junto ao bioma e vinculam tal trabalho a luta socioambiental.

Eles [quilombolas] fazem um trabalho socioambiental fantástico. Porque eles juntam a preservação com a produção e o bem-estar das famílias, o chamado bem-viver. ... é fantástico porque você tá fazendo um trabalho que não é para ninguém, é para você e para as próximas gerações. (D.).

Ao abordar a temática socioambiental, uma liderança indígena relata

Mas quando fala em palavra “socioambiental”, eu vou falar para o meu avô, ele não vai entender, embora que ele faz um trabalho de qualidade, são palavras técnicas que vêm de outra língua, que às vezes embarça ele. Mas quando eu vou dizer para ele que ele planta, faz reflorestamento, faz canteiro, ele faz planta consorciada, ele não derruba palheira, ele tira algumas palhas e deixa outros para tirar depois. Ele não derruba o pé de açaí, ele tira o cacho. Entendeu? Então, ali tudo é trabalho. Ele faz manejo de caça. Se eu for falar o que é socioambiental, ele não vai entender. Mas tudo que a gente faz é isso. Se eu for falar desse jeito, ele vai entender... . Não tem ninguém melhor que a população indígena que trabalha e são conhecedores da temática socioambiental, porque ele abrange tudo, entendeu? (E.).

O trecho da entrevista com a liderança indígena expressa como a pauta socioambiental faz parte do cotidiano de seu povo, de forma que o conceito possa nem mesmo fazer sentido para alguns deles. Não há um momento específico de luta socioambiental, toda a forma de vida e trabalho se organiza socioambientalmente. Assim, poderia ser dito que ele aborda uma práxis produtiva socioambiental, mas não só o trabalho e a produção se organizam dessa maneira. Várias expressões de suas vivências do dia a dia são “socioambientais”.

As formas de produção e trabalho abordadas nos dois últimos trechos não se limitam ao chamado “desenvolvimento sustentável”, o qual, segundo Elder de Paula (2013), seria a expressão ideológica do capitalismo verde. Antonio Bispo dos Santos (2023) defende que, a partir de um referencial contracolonial, é necessário substituir o desenvolvimento sustentável pela biointeração. Por sua vez, René Ramírez (2010, p. 58) define Bem-Viver como

A satisfação das necessidades, a conquista de uma qualidade digna de vida e morte, amar e ser amado, e o florescimento saudável de todos, em paz e harmonia com a natureza, para o prolongamento das culturas humanas e da biodiversidade.

Como expresso nos trechos de entrevistas, as formas de trabalho não estão apenas vinculadas à produção, mas também a promoção de Bem-Viver e habitabilidade do planeta. Destaca-se que determinada pessoa pode não ter como objetivo de seu trabalho efeitos ditos socioambientais. No entanto, o que definirá a ação como práxis produtiva socioambiental não serão as intenções que a motivam, mas os efeitos concretos que ela produz. Ou seja, a práxis não será socioambiental simplesmente por alguém idealmente propor tal objetivo, mas sim, a partir de seus produtos plasmados na realidade.

4.2 Práxis política socioambiental

A práxis política é a atividade intencional na qual o(a) humano(a) atua sobre si mesmo, ou seja, ele(a) é agente e objeto da ação. “Dentro dela caem os diversos atos orientados para sua transformação como ser social e, por isso, destinados a mudar suas relações econômicas, políticas e sociais” (Sánchez Vázquez, 2007, p. 230). Como atividade objetiva, a práxis política não deve se restringir a transformações subjetivas. De certo, transformações nas subjetividades estão relacionadas a mudanças sociais, porém, a práxis política se efetiva de fato na transformação das relações sociais concretas e não em alterações apenas de consciência ou subjetivas (Rosa, 2017).

As pessoas participantes da pesquisa eram vinculadas a organizações com pautas socioambientais. Assim, há, em grande parte das entrevistas, a discussão sobre diferentes formas de produzir uma sociedade menos predatória e mais sustentável. Em especial, as organizações não governamentais (ONGs) se colocam diretamente relacionadas à defesa de tais pautas em diferentes frentes. Segundo a entrevista de uma participante de uma ONG nacional “... a gente trabalha a partir de quatro pilares que são participação, mobilização, educação e advocacy. ... esse advocacy ele incide a partir de três frentes, que é lobby, comunicação e ativismo” (A.). Uma das principais ONGs do estado nasce na noite do assassinato de Chico Mendes.

A primeira ideia era a seguinte: nós não vamos deixar impune. Por isso nós criamos o [organização]. É no calor da emoção do assassinato do Chico Nós resolvemos que o [organização] também não deixaria a memória do Chico se apagar, que seria, digamos, o guardião do legado do Chico. ... nós estamos sempre mantendo vivos os ideais do Chico, colocando na pauta das reivindicações: primeiro pela criação das Reservas Extrativistas ... depois para que essas reservas pudessem receber políticas públicas ... (G).

São diversos os repertórios utilizados na defesa de uma sociedade mais sustentável, desde a luta contra a impunidade dos assassinos de ambientalistas até a reivindicação por políticas públicas socioambientais. Entre as formas de atuar, muitos destacam a importância da educação e conscientização.

Chico Mendes falava assim “Gente, nós temos que aprender a ler. A leitura faz com que a pessoa consiga compreender o mundo” Ele foi se formar por essa necessidade mesmo de tirar as pessoas da mão do patrão, para poder compreender o mundo ... (J).

Então, acho que a formação política seria de fundamental importância para a gente poder defender de fato o que é aquilo que a gente protege, que é o nosso território [indígena], a saúde, a educação, dentre outras (O.P.).

Ainda que mudanças de cunho subjetivo por si só não se caracterizem como efetivação da práxis, destaca-se que, como Freire (2016) defende, o processo formativo é um momento fundamental da transformação social.

Emerge das entrevistas diversas concepções sobre a luta socioambiental e sua importância.

Pode ser sobre fazer ciranda, mas é necessariamente uma luta por sobrevivência. (A.).

A gente não pode dizer que tá tudo bem aceitar ... que o agro, tudo que o capitalismo tá fazendo com a vida das pessoas ... a gente sabe da importância que a gente tem para a vida mesmo, até para o planeta todo. (V.)

Mas ele [organização] tem mais essa proposta da militância, missionariedade na militância, esse projeto de Jesus Cristo libertador, que não se conforma com as injustiças desse mundo. (I.).

A produção animal, ela é o que mais destrói em termos de proporção, então é muito importante as pessoas pelo menos se disporem, entendeu, a se tornarem vegetarianas (R.)

Então eu acho que a luta [socioambiental] é de todo mundo e a gente tem que fazer, dia após dia, a ideia do copo e do descartável. Não é só isso, mas dentro do copo até você trabalhar a questão da segurança alimentar ... (D.)

Ainda que todas as pessoas entrevistadas se reconheçam como vinculadas a luta socioambiental, há notável diversidade em suas posturas políticas e ideológicas. A partir das entrevistas, mas também de observações participantes e de pesquisa documental, evidencia-se como tais posturas se manifestam nas ações e prioridades dos diferentes grupos. Por exemplo, uma das organizações pesquisadas tem tido como foco de suas atividades processos de formação sobre REDD+³ junto a populações extrativistas. As políticas e programas de REDD+ podem ser categorizadas como compondo a lógica do desenvolvimento sustentável, ou seja, do “capitalismo verde” (Paula, 2013). Por outro lado, algumas das organizações colocam-se contrárias à lógica capitalista e defendem a impossibilidade da real defesa ambiental dentro deste sistema. Há entrevistados(as) que argumentam a favor de comportamentos de cunho individual – como reciclagem e consumo consciente –, enquanto outros priorizam ações de cunho coletivo – como fortalecimento de movimentos sociais. Alguns participantes destacam a importância da religião ou espiritualidade em sua ação militante.

Um dos coletivos indígenas entrevistados nasce a partir do sonho de seu fundador.

Ele, antes de criar a [organização] teve um sonho. Com o avô dele, se não me engano. E nesse sonho ele confiava uma ... grande responsabilidade, né? E nisso vem alguns espíritos ancestrais para ajudar e auxiliar Então ele era um dos responsáveis no sonho dele de trazer a paz para o povo dele e trazer alguns outros benefícios. (O.P.)

A partir de um sonho, o pai do entrevistado assumiu uma missão junto ao seu povo, a qual é também uma missão socioambiental dada sua cultura e suas práticas. Foi fundada uma

organização que atua em diversas frentes pelo direito de povos indígenas e pela proteção da floresta amazônica. Segundo Karen Shiratori (2013), diferentemente da concepção hegemônica do sonhar ocidental – que o vê como produção e interesse prioritariamente individuais –, o fenômeno onírico ameríndio é social. Tal sonhar pode se expressar em realidades durante a vigília por meio da ação prática das pessoas. Em específico, quando se trata do sonhar de xamãs, o sonho pode ser visto como um bem coletivo capaz orientar a vida comunitária desperta. Na entrevista citada, a práxis política foi orientada oniricamente, o que tensiona tal categoria a confrontar suas raízes hegemonicamente ocidentais (Rosa, 2021).

Ainda que todas as entrevistas citadas abordem intencionalidades socioambientais, serão consideradas práxis políticas socioambientais apenas as ações que de fato possam contribuir para a transformação de relações sociais, econômicas e políticas em prol da promoção do Bem-Viver e da habitabilidade do planeta. Dessa forma, a dimensão teórica da práxis se faz fundamental no processo, pois é apenas a partir de conhecimentos adequados que poderemos orientar nossas ações com nitidez.

4.3 Práxis científica socioambiental

Será considerada práxis científica a atividade prática que, agindo sobre determinado objeto, satisfaz necessidades de investigação teórica e/ou comprovações de hipóteses. Esta forma de práxis, pode ter consequências práticas, no entanto não de maneira direta, mas sim por meio do conhecimento que ela irá produzir e, posteriormente, será aplicado à realidade modificando-a (Sánchez Vázquez, 2007).

Uma das organizações entrevistadas atua diretamente com práxis científica.

Porque o [organização] é um instituto de estudos, de pesquisa e implementação de alguns projetos na Amazônia e, o [organização] auxiliou todas essas instituições que eu falei anteriormente a se formarem, porque a pessoa que preside a instituição ... auxiliou o Chico Mendes a criar as Reservas Extrativistas ... (N.).

Segundo a entrevistada, as pesquisas realizadas por sua organização resultaram – e resultam – em projetos e ações concretas de apoio e fortalecimento de entidades e lideranças socioambientais em vários locais da Amazônia. Assim, a práxis científica não se limita a uma modificação ideal, teórica ou conceitual, mas, a partir do desenvolvimento de determinados campos de conhecimento, é capaz de atuar, ainda que de forma mediada, concretamente sobre a realidade. Segundo N., as pesquisas de sua organização também capacitam os próprios membros da entidade em seus projetos e trabalhos de cunho socioambiental.

As atividades de pesquisa abordadas anteriormente se identificam como práxis científica socioambiental, pois satisfazem necessidades de investigação teórica, no entanto, o conhecimento produzido contribui para potencializar atuações socioambientais. Esta será uma forma de práxis fundamental para orientar e definir outros tipos de práxis socioambientais.

4.4 Práxis artística socioambiental

A práxis artística se caracteriza como uma atividade intencional de transformação de um objeto, no entanto, diferentemente da práxis produtiva que é motivada, prioritariamente, por

necessidades prático-utilitárias, a práxis artística é movida por necessidades de expressão e comunicação (Sánchez Vázquez, 2007).

Dos três coletivos artísticos e culturais entrevistados, dois deles possuíam vínculo direto com a pauta socioambiental. O terceiro mantinha uma postura simpática à causa, no entanto não se dizia vinculado diretamente. Ainda assim, este terceiro coletivo defende a potência da arte como forma de mobilização social. Vigotski (2001) argumenta que arte seria uma técnica social dos sentimentos. O psicólogo soviético escreve que a “catarse” artística ocorre devido ao choque de sentimentos contraditórios que geram uma explosão afetiva, a qual terá como produto um novo sentimento. Segundo ele, não se trata apenas de potencializar sentimentos já existentes, mas de produzir formas de sentir qualitativamente novas, indispensáveis para processos de transformação social.

Dois coletivos artísticos evidenciam a centralidade da pauta socioambiental em sua organização e ações.

Sem a luta socioambiental, a humanidade não aguentará e o planeta não vai aguentar Então a luta socioambiental passou a ser pra nós como se fosse uma coluna vertebral. Hoje, dentro do [coletivo artístico], esse pensamento de sociambientalismo, ele se compõe naquilo que a gente chama de afluente de maneira muito forte. (K.)

... porque a gente tem como uma luta, é uma batalha, não é um espetáculo só para mostrar a qualidade do trabalho a gente tem uma defesa ambiental, a gente se preocupa em sair com a luta (R.)

Além dos coletivos culturais e artísticos propriamente ditos, outras organizações entrevistadas também trabalham com ações artísticas. Uma das ONGs socioambientais participantes tem desenvolvido uma forte frente de atuação com “ativismo”, o qual é definido por Paulo Raposo (2023, p. 10) como “... um neologismo complexo e polissemântico que recobre uma vasta gama de práticas artísticas com foco político”. Uma oficina realizada por tal organização foi nomeada, inspiradas na obra de Ailton Krenak (2019), como “Artivismo para Adiar o Fim do Mundo”, evidenciando seu objetivo diretamente político e socioambiental.

A partir do exposto, entende-se que a práxis artística socioambiental possuirá como especificidade ser uma atividade objetiva com a intencionalidade de criar produções expressivas e comunicativas, as quais contribuam – intencionalmente ou não – com a promoção do Bem Viver e habitabilidade do planeta. Destaca-se que, em muitos casos, a práxis artística socioambiental estará vinculada ou até mesmo se confundirá com a práxis política socioambiental.

5. Considerações finais

A pesquisa empreendida na região do Vale do Rio Acre expressa, ainda que em uma escala modesta, a diversidade de atores envolvidos com a pauta socioambiental. Foram abordadas as formas de práxis socioambiental que se evidenciaram no *corpus* empírico: práxis produtiva, práxis política, práxis científica e práxis artística. Tais práxis não esgotam as possibilidades de outras formas que possam emergir em outros contextos ou momentos. Mais do que listar ou esgotar

formas de práxis socioambientais, a proposta é evidenciar as diferentes maneiras que práticas em prol do Bem-Viver e da habitabilidade do planeta podem se expressar.

A partir da tradição marxista (Vigotski, 2004), entende-se que a categoria práxis socioambiental pode ser uma potente unidade de análise para uma psicologia política da crise climática. A práxis socioambiental carrega em si características e contradições fundantes da diversidade de ações e práticas que engendram a luta pelo Bem-Viver e habitabilidade do planeta, buscando superar dicotomias como subjetivo-objetivo, indivíduo-sociedade, teoria-prática e voluntarismo-determinismo. Entende-se que a pluralidade de práxis socioambientais expressa a dispersão da classe ecológica proposta por Latour e Schultz (2023, p. 74),

Mas essa dispersão é bem-vinda caso se trate de escapar por todos os meios do destino aparentemente inevitável da extensão da produção É preciso resistir à tentação de unificar-se de acordo com as formas tradicionais de oferta política que continua pretendendo, à força bruta, derrubar o obstáculo e passar para dias melhores Nesse sentido, a ecologia política, alimentada por essa nova cultura dos seres vivos, deve prezar sua multiplicidade.

A práxis é classicamente definida como uma atividade propriamente humana, dado, entre outras características, sua dimensão teleológica (Sánchez Vázquez, 2007). No entanto, uma aproximação a cosmovisões indígenas e tradicionais (Krenak, 2020, Bispo dos Santos, 2023, Viveros de Castro, 2002), poderia potencializar a concepção de práxis não a restringindo apenas à humanidade, bem como abordando dimensões negligenciadas pelo cientificismo ocidental hegemônico, como o sonhar.

O texto objetivou propor uma categoria que possa contribuir para a construção de uma psicologia política da crise climática. Essa produção teórica possui como finalidade fortalecer e potencializar práticas e lutas socioambientais, buscando, dessa maneira, ser ela também práxis científica socioambiental. Assim sendo, espera-se contribuir com diferentes formas de práxis socioambientais, as quais atuem em prol de sociedades que não sejam fundadas na exploração e destruição da natureza e de diferentes seres vivos – entre eles, os(as) humanos(as).

Encerramos com as palavras de um companheiro de Chico Mendes chamado Osmarino (Rodrigues, 1990, p. 7):

Não queremos que se quebre essa aliança entre os que lutam por justiça social e os que lutam pela ecologia. Esse é um compromisso que o Chico nos deixou e que honramos Essa é a nossa contribuição de brasileiros para o movimento ambientalista mundial: defesa da natureza e justiça social são inseparáveis.

Notas

Os(as) extrativistas trabalham com a extração de produtos florestais não madeiros, nativos da biodiversidade, de forma sustentável. São considerados como uma comunidade tradicional brasileira.

Os empates eram uma estratégia pacífica de resistência, na qual os(as) trabalhadores(as) extrativistas se organizavam para se colocar, junto a membros de toda sua comunidade, à frente daqueles incumbidos de derrubar as áreas florestais em que habitavam e trabalhavam.

Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) e conservação e aumento dos estoques de carbono florestal e o manejo sustentável das florestas (REDD+).

Referências

- Allegretti, Mary** (2008). A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 18, 39-59.
- Alonso, Angela, Costa, Valeriano, & Maciel, Débora**. (2007). Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. *Novos Estudos CEBRAP*, 79, 151-167.
- Bardin, Laurence**. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bispo dos Santos, Antonio**. (2023). *A terra dá, a terra quer*. Ubu Editora/ Piseagrama.
- Conselho Federal de Psicologia** (2022). *Catálogo de práticas em psicologia ambiental*.
- Corral-Verdugo, Victor**. (2021) Psychology of climate change. *PsyEcology*, 12(2), 254-282.
- Freire, Paulo**. (2016). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- G1 Globo**. (2023, May 24). Mais da metade da população do Acre vive na linha da pobreza, aponta levantamento. *G1 Globo*. <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2023/05/24/mais-da-metade-da-populacao-do-acre-vive-na-linha-da-pobreza-aponta-levantamento.ghtml>
- Geiger, Nathaniel, Swim, Janet, & Gruszczynski, Mike**. (2022). Political psychology and the climate crisis. In Danny Osborne & Chris Sibley (Eds.), *The Cambridge Handbook of Political Psychology* (pp. 546-564). Cambridge University Press.
- Klein, Daniel**. (2011). Comunistas, revolucionários e a passagem de Che Guevara pelo Acre: um olhar sobre um contexto de resistências entre 1962 e 1966. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo.
- Kosík, Karel**. (1976). *Dialética do concreto*. Paz e Terra.
- Krenak, Ailton**. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.
- Krenak, Ailton**. (2020). *A vida não é útil*. Companhia das Letras.
- Larson, Lincoln R., Stedman, Richard C., Cooper, Caren B., & Decker, Daniel J**. (2015). Understanding the multi-dimensional structure of pro-environmental behavior. *Journal of Environmental Psychology*, 43, 112-124.
- Latour, Bruno, & Schultze, Nikolaj**. (2023). *Memorando sobre a nova classe ecológica*. Vozes.
- Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021** (2021). Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. Presidência da República.
- Marques, Luiz**. (2023). *O decênio decisivo*. Elefante Editora.
- Masson-Delmotte, Valérie, Zhai, Panmao, Pirani, Anna, Connors, Sarah L., Péan, Clotilde, Berger, Sophie, Caud, Nada, Chen, Yang, Goldfarb, Leah, Gomis, Melissa I., Huang, Mengtian, Leitzell, Katherine, Lonnoy, Elizabeth, Matthews, J. B. Robin, Maycock, Thomas K., Waterfield, Tim, Yelekçi, Ozge, Yu, Rong, & Zhou, Baiquan**. (Eds.). (2021). *Climate change 2021: The physical science basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge University Press.
- Moore, Jason W**. (Ed.). (2016). *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History and the Crisis of Capitalism*. PM Press.
- Paula, Elder A**. (2013). *Capitalismo verde e transgressões: Amazônia no espelho de Caliban*. Ed. UFGD.
- Ramírez, René**. (2010). Socialismo del sumak kawsay o biosocialismo republicano. In SENPLADES (Ed.), *Los nuevos retos de América Latina. Socialismo y sumak kawsay* (pp. 55-74). Quito: SENPLADES.
- Raposo, Paulo**. (2023). Arte e política: o ativismo como linguagem e ação transformadora do mundo? *GIS - Gesto, Imagem E Som - Revista De Antropologia*, 8(1).
- Rodrigues, Iryá**. (2022). Amazônia Legal: Acre desmatou 8 km² de floresta em janeiro, aponta Imazon. *G1 AC*. <https://g1.globo.com/ac/acre/natureza/amazonia/noticia/2022/03/09/amazonia-legal-acre-desmatou-8-km-de-floresta-em-janeiro-aponta-imazon.ghtml>.
- Rodrigues, Osmarino**. (1990). *O segundo assassinato de Chico Mendes*. Brasília (mimeo).
- Rosa, Leandro A**. (2017). *Lutar, verbo transitivo: Uma perspectiva psicopolítica sobre militantes e educadores do MST*. Curitiba: Editora Prismas.

- Rosa, Leandro A.** (2021). Psicologia histórico-cultural e cosmovisão ameríndia: contribuições do sonhar para uma práxis política socioambiental revolucionária. *Revista Espaço Acadêmico*, 21, 103-114.
- Saito, Kohei.** (2024). *O capital no antropoceno*. Boitempo.
- Sánchez Vázquez, Adolfo.** (2007). *Filosofia da práxis*. Expressão Popular.
- Santilli, Juliana** (2005). *Socioambientalismo e novos direitos: Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. Fundação Peirópolis.
- Shiratori, Karen G.** (2013). *O acontecimento onírico ameríndio: o tempo desarticulado e as veredas do possível* [Dissertação de Mestrado. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro].
- Tassara, Eda, Terezinha, Ardans-Bonifacino, Héctor, & de Oliveira, Nicole.** (2013). Psicologia socioambiental: uma psicologia social articulando psicologia, educação e ambiente. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 45(3), 423-433.
- Vigotski, Lev S.** (2004). *Teoria e método em psicologia*. Martins Fontes.
- Vigotski, Lev S.** (2001). *Psicologia da Arte*. Martins Fontes.
- Vinuto, Juliana.** (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Tematicas*, 22(44), 203-220. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>
- Viveiros de Castro, Eduardo B.** (2002). *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia*. Cosac & Naify.
- Zong, Raymond.** (2024, March 5). Are We in the 'Anthropocene,' the Human Age? Nope, Scientists Say. *The New York Times*. <https://www.nytimes.com/2024/03/05/climate/anthropocene-epoch-vote-rejected.html>

LEANDRO AMORIM ROSA

<https://orcid.org/0000-0002-0742-2359>

Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pesquisador Visitante na Vrije Universiteit Amsterdam (2018) e na Università degli Studi di Milano-Bicocca (2012/2013). Professor da Universidade Federal do Acre (UFAC).

leandro.rosa@ufac.br

Histórico	Submissão: 10/07/2025 Aceite: 06/10/2025
Editor científico	Dr, Cristiano Hamann
Financiamento	Não houve financiamento.
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica.
Aprovação, ética e consentimento	Estudo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Acre (CEP/UFAC Parecer nº 5.044.538).

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conjuntos de dados utilizados ou analisados durante o estudo atual estão disponíveis junto ao autor correspondente mediante solicitação razoável.